

TECNOLOGIAS - Hackers querem ensinar governo a abrir dados na internet

Na semana em que o ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo, anunciou que a Polícia Federal está prestes a divulgar suas conclusões sobre a invasão aos sites de governo ocorrida há duas semanas, um grupo de hackers organizados lançou um manual que contraria a lógica de segurança e ensina os governos a abrirem seus dados na internet.

A comunidade Transparência Hacker, em parceria com o Comitê Gestor da Internet no Brasil e o W3C (consórcio de empresas que trabalham na padronização de dados na internet) estimula instâncias governamentais, por meio do Manual dos dados abertos: governo, a disponibilizar suas informações na rede.

[Siga a SECT no Twitter!](#)

A ideia do documento, destacada logo na introdução, “é explicar como aproveitar o potencial de informações oficiais para permitir a existência de novos serviços de informação, melhorando a vida dos cidadãos e fazendo com que governo e sociedade trabalhem juntos e melhor”.

As sugestões dos hackers são similares a itens previstos pela Lei de Acesso à Informação, travada há anos no Congresso, mas não diz respeito a dados sigilosos, e sim a uma espécie de “lado B” da lei, que trata da divulgação e padronização de dados que deveriam ser públicos, mas não são.

Segundo os hackers, os governos podem criar valores a partir da liberação de dados, porque isso estimularia transparência, controle democrático, participação popular, melhores produtos e serviços privados e mais eficiência de serviços públicos.

Um dos objetivos do manual é mostrar aos governos que a sociedade pode desenvolver ferramentas de internet úteis para o cotidiano das pessoas.

No mês passado, o grupo Lulz Security Brazil invadiu os sites da Presidência da República, da Receita Federal e do Portal Brasil e outros órgãos públicos. Chegaram a publicar supostos dados pessoais da presidente Dilma Rousseff e do prefeito de São Paulo Gilberto Kassab. O motivo seria um protesto contra a corrupção.

Fonte: Exame On Line com informações da Agência Estado, via Consecti